

LIBERALISMO E UTILITARISMO NA EXPANSÃO DO IMPÉRIO INDUSTRIAL BRITÂNICO

Leopoldo Gabriel THIESEN*

O propósito desse ensaio é realizar uma discussão em torno das influências das idéias utilitaristas tal como reafirmadas na Inglaterra no século XVIII por Jeremy Bentham e seus seguidores. Pretende-se demonstrar como tal síntese corresponde a uma demanda ideológica expansionista do império industrial britânico e o processo de complementariedade com o liberalismo nesta tarefa. A análise pretende ainda demonstrar como se estabelece um caminho de duas vias entre utilitarismo e liberalismo por um lado, e as demandas ideológicas do império, por outro. Constitui um exercício de inserção histórica dessas correntes filosóficas tentando evitar a ingenuidade que muitas vezes decorre de análises abstracionistas, de idéias extraídas do contexto político, econômico e social e do momento histórico em que surgem. Um exercício certamente necessário, no momento em que assistimos uma certa hegemonia do pragmatismo mercadológico, baseado no receituário liberal e utilitarista, no contexto internacional. O alcance do ensaio aqui apresentado está certamente muito aquém desses objetivos, estando o seu autor amplamente satisfeito se puder através dele suscitar um debate mais amplo e provocar o envolvimento de quem puder levá-lo adiante com maior competência.

(*) Mestrado em Filosofia-Ética - PUC-Campinas - Fone: 289-0988.
Email: lgthiesen@uol.com.br

Será por mero acaso que haja coincidência entre as idéias utilitaristas de maior prazer para o maior número e o ideal consumista que está na raiz do capitalismo industrial expansionista que caracteriza o contexto histórico do império britânico, no qual surge a síntese utilitarista em análise nesse ensaio? Certamente muitas outras idéias filosóficas estavam em desenvolvimento naquele contexto histórico, como as idéias socialistas por exemplo, mas que não lograram alcançar a inserção e influência nas relações econômicas e sociais, tal como ocorreu com o utilitarismo e o liberalismo. Essas duas correntes filosóficas e as suas relações com os interesses mercadológicos do império industrial britânico, não são tão simples, como pode levar a parecer a nossa breve análise. Se trata de ideologias feitas sob medida para a justificação dos interesses expansionistas britânicos, ou a coincidência dessas idéias com tais interesses é o que possibilitou o seu sucesso? Tal coincidência, no entanto, parece não ter sido tão simples e imediata. Muitas arestas tiveram que ser aparadas. Não é lícito simplesmente esquecer que as idéias liberais eram até então inimigas viscerais de qualquer monarquia e que o utilitarismo, uma filosofia de cunho hedonista, se insere num contexto cultural ainda fortemente marcado pelo puritanismo vitoriano. Tal mudança certamente só foi possível porque interesses maiores estavam em jogo. Esclarecer quais eram tais interesses e como as correntes filosóficas analisadas com eles coincidiam, é o principal propósito desse ensaio.

Na Inglaterra, vários fatores contribuíram para o início de desenvolvimento da indústria de produção mecanizada em série. Segundo Edward Burns, havia naquele país uma maior igualdade econômica, favorecendo o desenvolvimento de um mercado de “artigos baratos e comuns, ao invés de produzirem pequenas quantidades de mercadorias de luxo”¹ que exigiam um nível de acabamento mais aprimorado, inviável com as condições incipientes de meca-

(1) BURNS, Edward Mcnall. *História da Civilização Ocidental*. Editora Globo, Porto Alegre, 1981. (p.666)

nização, então disponíveis. Portanto, o mercado visado pela indústria nascente não eram as elites econômicas e sim as classes médias e inferiores. Além disso, fatores como, o desenvolvimento da poupança privada, a credibilidade adquirida pelas sociedades acionárias, bem como reais possibilidades de ascensão social com o reconhecimento pela nobreza dos novos ricos emergentes, criaram na Inglaterra, mais que em qualquer outro lugar na época, um ambiente favorável à livre iniciativa capitalista.

O utilitarismo encontra, assim, condições favoráveis para sua afirmação como crítica aos excessos de ascese do puritanismo da era vitoriana, crítica oportuna e necessária para a justificação dos novos padrões de consumo, requeridos pela indústria em expansão. Assim, as idéias utilitaristas, de maior prazer para o maior número de pessoas, coincidem com o bem estar prometido pela crescente oferta de bens de consumo produzidos em série e em cada vez maior escala. É evidente que o conceito de bem estar dos filósofos utilitaristas não pode ser restringido a um ideal de máximo consumo de cunho estritamente materialista. No entanto, um conceito de bem estar mais sofisticado é uma exigência de poucos, podendo, acreditava-se, as expectativas do cidadão comum serem, via de regra, atendidas pela promoção social e pelo desenvolvimento industrial. Era portanto necessário expandir os mercados promovendo as classes marginalizadas e rompendo restrições ideológicas ao consumo. Talvez resida aqui, em grande parte, a preocupação dos utilitaristas ingleses com a promoção das classes miseráveis através da criação de "... instituições sociais cuja tarefa seria organizar a pobreza, no sentido de transformar os pobres em agentes produtivos para a sociedade."² e, o que geralmente não se diz, em consumidores dos bens industrializados. Segundo vários historiadores foi esse também o real motivo que levou a Inglaterra a se tornar a principal defensora da abolição da escravidão negra; uma idéia (mera coincidência?) liberal e utilitarista.

(2) PELUSO, L.A. *Utilitarismo e Ação Social in Ética & Utilitarismo*, Ed. Alínea, Campinas, 1998. (p. 13)

É claro que o princípio utilitarista de comiserção mobiliza sentimentos bem mais nobres e altruístas e não há porque duvidar da sinceridade de tais sentimentos, mas é interessante perceber como coincidem com os interesses capitalistas de ampliação de mercados. Além de que, no mercado político-ideológico, sentimentos e nobres intenções, ao lado de utopias e distopias de naturezas variadas, constituem recursos fundamentais a serem usados para mobilização ou desmobilização de grupos e agentes sociais. Assim, é de importância fundamental a eliminação da miséria e da escravidão como forma de justificar moralmente a nova ordem e assegurar a sua estabilidade. Reside aí a principal função reservada ao utilitarismo neste contexto: constituir uma justificação moral do consumo, da expansão industrial e da liberdade de mercado. A expansão industrial passa a contar com uma justificação ética racional e laica, capaz de realizar a crítica necessária ao puritanismo da monarquia cristã anglicana, sem contudo dilapidar suas estruturas políticas e sociais. Empreende-se assim a reforma da estrutura social através do saneamento da miséria, visando por um lado, expandir os mercados internos e, por outro, constituir um modelo de sociedade ideal que maximiza o bem estar social, possibilitado pela revolução industrial e por uma nova racionalidade.

Um indício de que os interesses e a ação pragmática do mercado preponderavam sobre os ideais utilitaristas e liberais, digamos, mais abstratos e sofisticados, é a diferença de atuação no centro do império e na periferia do império. Assim, qualquer tentativa de industrialização na periferia, mesmo fora das colônias inglesas, era severamente combatida pelo império inglês. É isso que ocorre, por exemplo na Guerra do Paraguai, em que o império britânico atua decisivamente na configuração da aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina para combater o Paraguai, que apresentava uma incipiente, porém promissora, industrialização com pretensões de expansão continental. Havia, além disso, uma preocupação extrema de que as tecnologias industriais caíssem em poder das colônias. Isso promoveu a concentração de todo parque industrial do império, na Inglaterra

ra, apesar dos elevados custos com transporte para a comercialização dos produtos nas colônias e outros países. Trata-se de uma relação liberal unilateral entre partes desiguais, numa relação comercial que visava claramente manter essas diferenças. A implantação dos interesses centrais prepondera claramente sobre os dos países periféricos. É uma relação de forças em que a parte mais forte e melhor preparada, isto é, industrialmente mais desenvolvida, propala um liberalismo oportunista, visto que as condições efetivas de implantação, são claramente favoráveis a ela. Paradoxalmente, quem defende a liberdade de mercado o faz sabendo que dispõe de todos os meios para exercer um controle efetivo desse mercado, para além de qualquer justificação teórica.

O utilitarismo e o liberalismo se desdobram em teorias econômicas, sociais, éticas e políticas, construindo o arcabouço ideológico de uma vontade nacional expansionista. É nesse contexto mais amplo que deve ser analisada a gênese desse conjunto de idéias que embasam o capitalismo moderno. Tem sido muito analisada a influência do liberalismo na configuração das condições básicas do capitalismo. A participação dos ideais utilitaristas, porém, é muitas vezes negligenciada. A proposição do ideal de maior felicidade para o maior número se dá no contexto em que se acredita que tal possa ser realizado mediante a construção de uma nova racionalidade coletiva. As técnicas industriais, de produção em série de produtos voltados a aumentar o conforto nas condições de moradia, vestuário, transporte, higiene, etc., certamente ampliaram a confiança na possibilidade de uma vida melhor, a ser proporcionada pelo consumo de tais produtos, e inspiraram um novo modelo de racionalidade. A confiança do utilitarismo nesse modelo de racionalidade é absoluta. Caberá a ele eliminar as discrepâncias entre o mundo do dever ser e o mundo do ser. Assim, seguida a "ordem racional das coisas", que determina a maximização do prazer e minimização do sofrimento, a humanidade alcançaria patamares mais elevados de bem estar e felicidade coletiva e individual. Esse modelo de racionalidade, em que prepondera a eficiência técnica, tem sua representação simbólica

nas novas técnicas industriais. Cria-se, assim, a idéia de consumo como meio de participação num mundo em constante processo de racionalização e que projeta níveis cada vez mais elevados de bem estar. A indústria cria novos produtos, cujo consumo passa a integrar as necessidades básicas para realização de níveis de bem estar material cada vez mais sofisticados.

Os filósofos utilitaristas e liberais não eram certamente movidos pelos interesses mercadológicos do império britânico, como se fossem ideólogos de plantão. Talvez fossem antes coletores do espírito do seu tempo. Um espírito que se mostrou capaz de fertilizar o futuro e se estender para muito além das fronteiras nacionais e coloniais, plasmando a própria base do pragmatismo mercadológico capitalista, que, em nossos dias, alcança a globalização do mercado, que se alastra por todos os países e classes sociais ainda não condenados à "superfluidade", isto é, relegados a uma condição de sub-consumo, como define Robert Kurz, visto que ainda preservam um nível de capacidade de produção, consumo e poupança capaz de despertar o interesse do capital internacional. Ao contrário do que muito se propala, não vivemos atualmente um ocaso de utopias. Há uma utopia em plena vigência. É a utopia do pragmatismo mercadológico, baseado no ideal de máximo consumo, cujas raízes históricas procuramos esclarecer. O liberalismo e o utilitarismo, na tentativa de estabelecer uma fundamentação natural e última para seus princípios, se desdobraram num conjunto de panacéias de caráter dogmático e plasaram um conceito de história que, conforme Robert Kurz "implique uma orientação futura permanente 'automática', guiada pela 'mão invisível' da economia"³. Um exemplo disso é a crença cega na capacidade de auto regulamentação do mercado como suficiente para sanar graves distorções de injustiça e desequilíbrio social, ou a fé de que a tendência natural do mercado, fundamentado na busca de interesses individuais egoístas, seria suficiente para promover o bem estar coletivo, maximizar a felicidade

⁽³⁾ KURZ, Robert, *O tédio mortal da modernidade*, in Mais, Folha de São Paulo, 28/11/1999.

e preservar os interesses de todos. Acredita-se piamente no milagre, em que o egoísmo imediatista do padeiro da esquina, constitui um germe que, multiplicado pelas iniciativas individuais dos empresários capitalistas, supriria o pão necessário para saciar a fome do mundo. O mercado capitalista disponibilizou, de fato, uma infinidade de bens supérfluos para serem livremente consumidos por uma classe privilegiada. No entanto, tem fracassado completamente em atender às necessidades básicas de alimentação, moradia, educação e saúde de uma crescente massa de marginalizados.

Armou-se, assim, uma bomba-relógio que não sabemos ainda como desarmar. As exigências de consumo avançam para níveis insustentáveis, deixando cada vez mais evidente a necessidade de desacelerar o sistema de produção e consumo, sob o risco de esgotar recursos e destruir o planeta de forma irreversível. Chega-se a um grave impasse, pois a ordem simbólica que maximiza a produção e o consumo e que constitui o motor da máquina capitalista, é também a mesma que a inviabiliza. Não é falso que os ideais liberais e utilitaristas tenham possibilitado avanços significativos para os países centrais de economia capitalista e assim tenham servido para justificar moralmente os interesses dessas economias. É falacioso, no entanto, que tais ideais sejam suficientes para estabelecer uma ordem global que sirva também para assegurar os interesses de economias periféricas, contra e em detrimento dos quais tal ordem se desenvolveu. Essa é certamente uma lição que a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, especialmente no seu lado mais vulnerável que são os países periféricos, têm deixado evidente. Para se contrapor a essa utopia em ato, que na perspectiva dos países e das populações marginalizadas, vem se constituindo num verdadeiro pesadelo, falta a estes ainda uma utopia própria, ou talvez, diversas utopias capazes de assegurar a autodeterminação e a livre associação dos povos em bases econômicas mais realistas e menos fictícias, voltadas a atender primordialmente as reais necessidades dessas populações e países.

Essas utopias, no entanto, não podem ter suas perspectivas voltadas apenas para o futuro, mas ainda conforme R. Kurz, é preciso realizar uma “arqueologia radicalmente crítica da modernidade” e buscar “os rastros que o capitalismo apagou sistematicamente. Trata-se de dar a conhecer a história do disciplinamento moderno e do amestramento humano, a transformação da vida em repositório de imperativos econômicos, a fim de por em cheque a aparente naturalidade desse modo de vida.”⁴ Sem esse enraizamento crítico no passado, o exercício utópico pode facilmente redundar em mera fuga do presente.

Essas são certamente tarefas para uma nova racionalidade e para um novo projeto ético, político, cultural e econômico, que não necessariamente se construa em oposição a disposições anteriores como as estabelecidas pelo utilitarismo e pelo liberalismo, mas que claramente supere o impasse histórico em que se enredaram e que incorpore às suas demandas os interesses dos contingentes “supérfluos” e marginalizados. A ética, a par da função de controle social sobre o indivíduo, tem a tarefa de assegurar sua liberdade de iniciativa (uma contribuição do ideário liberal), mas além disso tem também a tarefa de desenvolver projetos de futuro que resgatem a dignidade humana e, por extensão, de todos os seres vivos. Projetos capazes de mobilizar as vontades individuais e desenvolver vontades coletivas capazes de realizar esses projetos, sempre abertos e mediados pelo diálogo e pela cooperação. Não se trata de apontar um novo “senhor da história” como a “mão invisível do mercado” para a ideologia liberal ou “o proletariado” para o comunismo. Uma história humana mais verdadeira, justa, livre, ecologicamente equilibrada e fraterna, passa necessariamente pela valorização da diversidade, pelo profundo respeito à diferença e a vivência madura dos conflitos com o desenvolvimento de organizações e instituições realmente representativas, abertas e cooperativas. Nada pode substituir a participação ativa, seja construtiva ou crítica, de cada indivíduo nesse processo.

(4) Id. Ibid.